

MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO CAMPO MUSEAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

AMÉLIA PEREIRA COSTA¹; CARLA RODRIGUES GASTAUD²;

1 Universidade Federal de Pelotas – costtaamelia@gmail.com

2 Universidade Federal de Pelotas – crgastaud@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a investigar as bases conceituais e relacionais que fundaram o museal e o museológico na Universidade Federal da Bahia (UFBA), utilizando a trajetória de atuação profissional da socióloga Graziela Ferreira Amorim como fio condutor, partindo da análise da memória institucional estabelecida.

A memória institucional é um elemento crucial para a identidade e continuidade das instituições, como universidades e museus. Ela refere-se ao conjunto de conhecimentos, experiências e práticas acumuladas ao longo do tempo, que definem a trajetória e a missão da instituição. No contexto museal, essa memória não apenas documenta a evolução das coleções e exposições, preserva a história das interações com o público e as mudanças nas abordagens educativas, mas também preserva a história das relações inter-institucionais e o papel dos sujeitos que construíram essas trajetórias.

Uma gestão eficaz da memória institucional permite que se mantenha uma narrativa coerente, capaz de proporcionar um sentimento de continuidade e unidade, podendo ser transmitida às futuras gerações e aplicada às estratégias comunicacionais.

Essa construção de narrativas de memória, entretanto, não se opera sem que sejam promovidos esquecimentos, pois o ato de lembrar pressupõe a existência do esquecer. Paul Ricouer (2007) nos diz que, para além das questões de caráter patológico, o esquecimento também é parte das estratégias de manipulação da memória, pois, enquanto narrativa é, por excelência, seletiva.

Nossa questão, então, não é sobre reivindicar uma memória pretensamente capaz de abarcar a totalidade dos fatos e rememorar o passado tal qual como foi, em todos os seus detalhes, mesmo porque, como afirma Pomian (2000), a subida no tempo é sempre indireta, imperfeita e incerta. Nessa mesma perspectiva, Michael Pollak (1992) aponta que a tentativa de acesso ao passado e de sua reconstrução só pode ser feita de maneira mediada, sendo uma tarefa sempre tributária do documento.

Ou seja, se é impossível uma reconstrução total e um acesso irrestrito ao passado, e se a memória é, por natureza, um processo de organização e seleção, o que nos interessa é compreender os processos do que Pollak vai chamar de enquadramento da memória. Quais operações e negociações foram feitas para que determinada narrativa se estabelecesse e pertuasse, para que os esquecimentos também se instaurassem?

O campo museal e museológico na UFBA começou a ser desenhado ainda na década de 1950 com a criação do Museu de Arte Sacra (MAS), seguido da criação do Museu Afro-brasileiro (MAFRO), do curso de graduação em museologia e da criação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). As narrativas empreendidas sobre esse campo e sobre essas instituições apagaram

suas relações constitutivas multilaterais, bem como alguns sujeitos que fizeram esse intercâmbio acontecer.

Os documentos levantados até o momento apontam que Graziela Ferreira Amorim, que fora gestora do MAFRO durante treze anos, e que já atuava desde 1978 no seu projeto, era educadora, tendo atuado anteriormente no MAS. Durante o período que permaneceu no MAS, quatorze anos exatamente, participou de projetos importantes e teve contato com diversos profissionais que pensavam o campo dos museus, da museologia e do patrimônio.

É importante destacar que de 1972 a 1978, Graziela trabalhou sob a direção de Valentin Rafael Simon Joaquim Calderón de la Vara, que, anos antes, fora um dos responsáveis pela instituição do curso de museologia da UFBA e que, segundo Santos (2014), não apenas constituiu o MAS em um espaço de experimentação do curso, como também deu protagonismo às ações de caráter educativo no museu. Calderon também foi um dos responsáveis pela criação do MAE.

Foi em 1975, na gestão de Calderón a frente do MAS, que as museólogas Valdete Celino, Neuza Maria Borja e Maria Célia Teixeira Santos, egressas da primeira turma do Curso de Museologia, instituíram o Programa Museu-Escola, primeiro programa do tipo a ser realizado na cidade de Salvador. Graziela não apenas atuou nesse projeto, como, sete anos depois, desenvolveu no MAFRO um programa homônimo de franca inspiração no que era realizado no MAS.

A partir desses achados de arquivos e das análises empreendidas inicialmente, que apontaram para uma relação constitutiva entre o MAFRO, o MAS, o MAE e o curso de graduação em museologia da universidade, por meio da atuação de Graziela Ferreira Amorim, algumas questões nos interessaram: os silêncios dos discursos de memória institucional sobre essas relações constitutivas e sobre alguns personagens, bem como a possibilidade de, a partir mesmo dessas relações, identificar quais conceitos foram mobilizados e seus significados atribuídos para compreender a gênese do fazer museal e do pensamento museológico na UFBA.

As questões centrais que nos movem são: Estas instituições possuem sólidas ligações constitutivas, existe então um espectro conceitual comum no qual se apoiaram? Por que personagens, como Graziela Amorim, e relações específicas foram, e são, apagadas do discurso oficial?

A nossa hipótese é que os discursos de memória fragmentados, isolados e centrados em cada instituição individualmente impediram e impedem que seus surgimentos e atuações sejam vistos como parte de um todo – que foi a construção do campo dentro da universidade - que guarda correlação e, em partes, coordenação de pensamento e ação. Além disso, dentro de nossa hipótese, o apagamento de determinados sujeitos no âmbito dessas narrativas se deve, em certa medida, a fragmentação mencionada, que impede a vista da importância da atuação de profissionais que circularam inter-institucionalmente, mas também decorre de marcadores sociais, tais como categoria funcional e gênero, os quais incidem transversalmente nas possibilidades de existência, e rememoração, no mundo social.

2. METODOLOGIA

Para esta parte da pesquisa, optamos pela pesquisa exploratória seguida das devidas análises, partindo da revisão bibliográfica acerca do que é memória institucional e sobre a história das instituições que compõem o campo museal e museológico da UFBA. Utilizamos a pesquisa documental nos arquivos da universidade, partindo dos arquivos administrativos do MAFRO, do arquivo do Centro de Estudos Afro-orientais (CEAO) e de documentos obtidos junto ao Setor de Documentação do MAS.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A memória institucional do campo museal na UFBA tem sido construída de maneira fragmentada e promovido múltiplos apagamentos. As narrativas sobre cada uma das instituições em questão não tem dado conta dos entrecruzamentos dentro da Universidade que possibilitaram não apenas o surgimento dessas instituições mas o estabelecimento de um pensar e fazer museal.

A memória enquanto instância discursiva é construção social permeada por conflitos, negociações, seleções. Durante a pesquisa, esses processos de seleção e esquecimento ficaram evidentes à medida em que começam a emergir outros agentes e outras narrativas que sugerem outras perspectivas para a construção da imagem desse passado. As relações de poder e seletividade que formaram o campo e forjaram sua representação são agora fontes para a compreensão do que foi invisibilizado.

4. CONCLUSÕES

Concluimos que a memória institucional revela não apenas a trajetória das praxes das instituições, ou seja, o conjunto de conhecimentos acumulados, a maneira como as decisões são tomadas e os projetos executados, como também desvela as hierarquias e as disputas internas pela construção do devir, por meio da imagem de passado que se produz. Essa mesma memória pode contribuir para a compreensão do ambiente social no qual as instituições foram forjadas, e que incide nas decisões do cotidiano, nos papéis e na relevância atribuída aos sujeitos atuantes.

Se por um lado, a memória, enquanto construção narrativa, pressupõe seletividade: não se pode narrar tudo; por outro, as escolhas e elaborações discursivas operacionalizadas são reveladoras dos sentidos atribuídos individual e socialmente às experiências no mundo social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- POLLAK, M. Memória e identidade social. In: POLLAK, M. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.
- POMIAN, K. Memória. In: ____ (org). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000. Vol 42. p. 507-516.
- RICOEUR, P. O Esquecimento. In: RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p.423-462
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. Formação em Museologia e as conquistas da sociedade democrática: o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 8, n. 16, p. 258-275, 2019.